

TRIBUNA DA CIDADE JORNAL DE BRASÍLIA

AROLDO SATAKE

Produtor perde Águas Claras

O Projeto Águas Claras, uma região com uma grande participação na produção de alimentos básicos para o consumo interno e que ao longo de sua existência, de mais de trinta anos, vem cumprindo com a função social da terra pública rural, acaba de ser transformado em área de expansão urbana no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, recentemente aprovado pela Câmara Legislativa. Não foi iniciativa do Executivo, já que no projeto original ainda estava classificada como área rural. A iniciativa partiu da bancada do PT e foi homologada pela maioria dos deputados distritais, apesar do nosso empenho em manter a área na condição atual.

Alertamos contra o perigo da expansão urbana sobre áreas rurais que estão efetivamente produzindo, como é o caso de Águas Claras. Mostramos que esta expansão poderia ser feita em áreas não-produtivas para não prejudicar a produção de alimentos para o consumo interno. Medidas como esta, que aparentemente favorecem o homem da cidade, somente contribuem para a diminuição da oferta de alimentos a custos mais baixos na mesa do brasiliense, pois a importação só traz reflexos negativos na qualidade e no preço final dos produtos à disposição do consumidor. Essa decisão é um equívoco e acontece justamente no momento

em que, através da Lei Orgânica, estamos tentando mostrar a importância da manutenção das áreas rurais atualmente existentes e a necessidade de uma política eficiente de incentivos ao setor agrícola para tentarmos diminuir a nossa dependência de outros estados.



Medidas como essa, aparentemente favorecem o homem da cidade. Mas só contribuem para o encarecimento da vida e dos alimentos

Em sendo este projeto sancionado pelo Poder Executivo, com a redação aprovada na Câmara, há de se tornar medidas para proteger os direitos daqueles que, acreditando no Governo, investiram seus recursos na área, transformando uma terra árida em um pólo produtor de alimentos. Neste sentido, apresentamos emendas, durante a votação do segundo turno, garantindo a permanência daqueles que assim optaram ou a indenização justa para os que tiverem suas áreas retomadas ou forem transferidos para outros núcleos rurais.

A exemplo do tratamento que foi dado pelo Executivo aos produtores instalados na região onde foi implantado o Recanto das Emas, acreditamos que os produtores de Águas Claras serão devidamente recompensados pelo grande trabalho prestado ao Distrito Federal.

Dentro da Lei Orgânica e nas revisões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, estaremos trabalhando para a manutenção da área rural e para a implementação de uma política agrícola à altura da importância deste segmento na vida de nossa comunidade.

■ Aroldo Satake é deputado distrital pelo PTR